



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639962 - RS (2021/0012200-9)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : JOZELI FERRETTI E OUTROS  
**ADVOGADOS** : GIULIANO FERRETTI - RS049562  
JOZELI FERRETTI - RS049657  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : DIEGO BRAGA DA COSTA SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de DIEGO BRAGA DA COSTA SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5073930-59.2020.8.21.7000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 177 do Código Penal cumulado com art. 2º da Lei n. 10.850/2013.

O impetrante sustenta que, a despeito de o paciente ter sido indiciado no dia 11/11/2020, o Ministério Público não procedeu ao oferecimento da denúncia até a presente data, em total desrespeito aos prazos estabelecidos pela legislação processual penal. Nesse sentido, alega a existência de constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo.

No tocante à prisão preventiva, afirma inexistir motivação contemporânea e idônea para a manutenção da segregação antecipada, visto que não demonstrada, concretamente, a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, asseverando a suficiência da imposição de medidas cautelares alternativas.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, para que possa aguardar em liberdade o desfecho da instrução criminal. No mérito, pugna pela concessão da ordem, a fim de tornar definitiva a liminar pleiteada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em primeiro lugar, friso que a discussão relativa à existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo no oferecimento da denúncia não foi apreciada pela Corte de origem.

Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confirma-se precedente sobre a questão:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...] 3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de*

*progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.*

*4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)*

No que concerne à prisão preventiva, digo que, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência